

Reação da Plataforma Portuguesa das ONGD à divulgação dos dados preliminares relativos ao financiamento dedicado pelos países do CAD/OCDE a Ajuda Pública ao Desenvolvimento em 2023

No passado dia 11 de abril, foram publicados os dados preliminares relativos ao financiamento dedicado pelos países do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), no ano de 2023. Embora os dados sejam ainda provisórios, a Plataforma Portuguesa das ONGD regista os seguintes aspetos:

- Após o aumento verificado em 2022, a APD portuguesa registou descida de 8,5%¹ em 2023 face ao ano anterior, segundo dados divulgados pela OCDE;
- Segundo a OCDE, a descida deve-se a uma “redução de custos com refugiados nos países doadores” (verbas contabilizadas como APD e dedicadas ao apoio ao acolhimento de refugiados que, constituindo um aspeto fundamental para a integração de pessoas em situação de especial vulnerabilidade a viver em Portugal, não contribuem diretamente para o desenvolvimento dos países parceiros, uma vez que é verba que fica em Portugal e que não é transferida para os países parceiros);
- Os dados divulgados mostram como, globalmente, a APD portuguesa continua estagnada, abaixo da média dos países da OCDE, e muito longe de alcançar o compromisso assumido por Portugal de dedicar 0,7% do RNB para APD até 2030; o cumprimento desta meta é cada vez mais importante, tendo em conta o contexto incerto que vivemos atualmente e as implicações que isso tem nos Países Menos Avançados;
- Uma análise detalhada destes números terá ainda de aguardar pela divulgação de mais informação que permita perceber a que setores se destinaram as verbas dedicadas por Portugal ao apoio ao desenvolvimento dos seus países parceiros: em 2022, por exemplo, quase 15% da APD portuguesa foi dedicada a setores que não contribuem diretamente para este objetivo². Se este valor for menor em 2023 – só saberemos isso daqui a uns meses quando a [CONCORD Europe](#) publicar o seu relatório anual de monitorização da APD dos países da UE –, então poderemos registar uma evolução no sentido positivo;
- A expectativa da Plataforma é que esta tendência possa ser revertida nos próximos anos, e é este apelo que fazemos ao novo Governo, que inscreveu no seu programa o compromisso em implementar a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, que assume como objetivo o aumento gradual da APD;

¹ O aumento de 2% noticiado durante o dia 11/04 resulta de uma comparação entre os valores absolutos de APD registados em 2022 e 2023 e é distinto do valor indicado pela OCDE, que refere que, em termos reais, a APD portuguesa em 2023 registou uma diminuição de 8,5% face ao ano anterior (como se pode constatar na tabela 2 do documento publicado pela OCDE – aqui: <https://www.oecd.org/dac/ODA-summary-2023.pdf>). Para assegurar a validade da comparação entre valores de APD de anos distintos, a OCDE utiliza uma metodologia que permite que os valores absolutos registados em 2023 possam ser convertidos em valores de 2022 (através da ponderação do peso da inflação e das taxas de câmbio de referência para o ano em questão).

² <https://www.plataformaongd.pt/noticias/relatorio-aidwatch-2023-1-em-cada-5-euros-de-apd-nao-chega-as-populacoes>